



Prefeitura de Bandeira do Sul - MG
Assistente Social - Agente Técnico IV

PORTUGUÊS

Leitura e interpretação de textos: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos.....	1
Informações implícitas e explícitas; Texto e discurso: intertextualidade, paródia	6
Significação contextual de palavras e expressões; Semântica e estilística: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiperonímia, denotação e conotação, sentido e sentido figurado, figuras de linguagem	8
Linguagem verbal e não verbal; Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; Registros formal e informal da escrita padrão	15
Ponto de vista do autor.....	16
Funções da linguagem	21
Tipologia textual e gêneros discursivo de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos.....	23
Texto e textualidade: coesão, coerência, argumentação	34
Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes culturais, sociais, regionais, históricos e individuais	38
Fonética e fonologia: tonicidade.....	40
Ortografia; Ortografia oficial– Novo Acordo Ortográfico	43
acentuação gráfica	48
Crase	51
Morfologia: classificação e flexão das palavras, emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, preposições, modos e tempos verbais; Análise morfológica.....	52
Sintaxe: frase, oração, período; Termos da oração; Coordenação e subordinação; Análise sintática.....	74
Concordâncias verbal e nominal	80
regências verbal e nominal.....	82
colocação pronominal aplicada ao texto	85
Sinais de pontuação como fatores de coesão	87
Questões	92
Gabarito.....	105

SUMÁRIO



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência	1
Estrutura e Atividade da Administração Pública: Organização administrativa brasileira	7
Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder.....	13
Direitos Humanos e Cidadania: Direitos e deveres fundamentais previstos na Constituição Federal.....	24
Mecanismos de participação popular	32
Ética no Serviço Público: Princípios e normas que norteiam a conduta dos servidores públicos; responsabilidade do servidor público nas esferas administrativa, civil e penal	40
Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992	48
Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019)	76
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	82
Tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)	95
Questões	117
Gabarito.....	123

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ambiente de atuação do assistente social educacional; Instrumentos e técnicas de atuação profissional; Documentos técnicos: laudo, parecer, relatório social e estudo de caso	1
Propostas de intervenção na área social: planos, programas, projetos, e atividades de trabalho.....	3
Avaliação de programas e políticas sociais.....	6
Trabalho social com famílias	9
Atuação em equipe interprofissional (relacionamento e competências)	19
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	26
Código de Ética do Assistente Social	92
Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	103
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei nº 12.594/2012.....	110
Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.....	131
Interação escola-família e comunidade.....	144
Função Social da Escola	149
Pluralidade Cultural e Diversidade cultural.....	152
Respeito aos povos.....	159

SUMÁRIO



Orientação Sexual na infância.....	167
Trabalho e Consumo: a exploração do trabalho Infanto-Juvenil.....	173
Inclusão e diversidade como elementos de garantia do direito à aprendizagem.....	180
A Educação Especial Inclusiva: possibilidades e desafios.....	187
Desenvolvimento de competências socioemocionais no espaço escolar.....	192
Resolução de conflitos no espaço escolar.....	200
Lei Federal nº 9.394/ 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN).....	207
Lei Federal nº 13.935/2019 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.....	237
Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	237
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.....	269
Lei Complementar nº 062/2009 e a Lei Complementar nº 045/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).....	275
Questões.....	278
Gabarito.....	283

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none"> – É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação 	<ul style="list-style-type: none"> – É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.



Conhecimentos Específicos

O assistente social educacional é um profissional fundamental no contexto escolar, atuando de maneira a promover a inclusão social e o direito à educação, especialmente para alunos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A presença desse profissional nas instituições de ensino reflete o compromisso com a garantia de direitos sociais, buscando identificar e intervir nos fatores que dificultam o pleno acesso e permanência dos estudantes na escola.

O papel do assistente social nas instituições educacionais vai além da resolução de problemas pontuais, englobando o desenvolvimento de estratégias coletivas que promovam a equidade no ambiente escolar. Sua atuação é regida pelo compromisso ético de transformar a realidade social, trabalhando em conjunto com a comunidade escolar para promover a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A importância do assistente social educacional também reside na sua capacidade de atuar como ponte entre a escola, a família e os diversos serviços de apoio social. Através dessa mediação, o assistente social contribui para que as barreiras sociais, econômicas e culturais que afetam o processo educacional sejam superadas, garantindo o direito à educação de qualidade para todos.

Objetivos e Desafios da Atuação do Assistente Social no Âmbito Escolar

O principal objetivo do assistente social educacional é garantir que todos os alunos tenham acesso aos seus direitos, especialmente o direito à educação. Ele trabalha para criar condições favoráveis que possibilitem a permanência e o sucesso dos alunos na escola, identificando e enfrentando questões sociais que possam interferir nesse processo, como pobreza, violência doméstica, abuso de substâncias e discriminação.

Entre os principais desafios enfrentados no ambiente educacional, destacam-se:

- **Desigualdade social:** Muitos estudantes enfrentam barreiras econômicas e sociais que dificultam seu desempenho escolar. A falta de recursos materiais, apoio familiar, moradia adequada e alimentação são fatores que interferem diretamente no aprendizado.

- **Violência e conflitos familiares:** Situações de violência doméstica, abuso ou negligência são frequentes entre as famílias acompanhadas pelos assistentes sociais, o que exige uma atuação delicada e eficaz na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

- **Inclusão de alunos com deficiência:** Garantir a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar é uma das missões do assistente social, que colabora com a equipe pedagógica na formulação de estratégias inclusivas.

- **Ações de prevenção ao abandono escolar:** Identificar os fatores que contribuem para o abandono escolar e implementar intervenções que previnam a evasão é uma das prioridades da atuação do assistente social na educação.

A promoção da cidadania é um dos eixos centrais do trabalho desse profissional. Ao promover a inclusão social, o assistente social educacional contribui para a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na sociedade.

Instrumentos de Atuação do Assistente Social Educacional

Para desempenhar suas funções, o assistente social utiliza uma série de instrumentos técnicos e metodológicos que auxiliam no diagnóstico e intervenção nos problemas sociais que afetam o ambiente escolar. Esses instrumentos permitem uma análise aprofundada da realidade social dos alunos e suas famílias, possibilitando intervenções mais eficazes e direcionadas.